



AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM MATO GROSSO DO SUL

DAISY RIBAS EMERICH

O objeto da pesquisa é analisar de que forma a Educação a Distância (EaD) tem contribuído com a formação dos professores no Mato Grosso do Sul, segundo a percepção dos cursistas do curso de Educação Para as Relações Étnico-Raciais do pólo de Rio Brillhante - MS, no ano de 2010. Esta pesquisa vincula-se ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional a Distância (GETED) da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande - MS. Os objetivos específicos são: a) identificar quais as dificuldades encontradas pelos cursistas durante o curso realizado no ambiente *moodle*; b) verificar, na percepção dos cursistas em quais aspectos a política de formação continuada promovido pela EaD tem contribuído para a sua formação profissional e c) analisar o formato do programa de formação continuada desenvolvida na Plataforma Freire pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como metodologia fez se uso da pesquisa bibliográfica sobre a temática e, o instrumento utilizado foi o questionário aplicado aos cento e cinco (105) cursistas do pólo de Rio Brillhante - MS. A delimitação do período da pesquisa, para o ano de 2010, justifica-se pelo fato de que este foi o ano de implantação do curso nos pólos presenciais gerenciado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) A pesquisa encontra-se na fase de análise dos dados coletados, ou seja, já sendo possível apresentar resultados preliminares do levantamento dos questionários.

Palavras-Chave: Educação a Distância. Ambiente *moodle*. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo é analisar de que forma a Educação a Distância (EaD) tem contribuído com a formação dos professores no Mato Grosso do Sul, segundo a percepção dos cursistas do curso de Educação Para as Relações Étnico-Raciais do pólo de Rio Brillante - MS, no ano de 2010.

Para tanto observamos a necessidade de conceituar a Ead que não é uma forma recente de transmitir conhecimento, visto que desde o século passado existem experiências (cursos por correspondências) nesse campo. No entanto, não se pode negar o impulso e avanço obtido na última década, principalmente em função da facilidade de utilização dos recursos da informática e da popularização do acesso à Internet. Apesar disso, em virtude das desigualdades sociais, a realidade brasileira é bem diferente de outros países, sendo ainda pequeno o contingente populacional que utiliza novas tecnologias e somente uma minoria da população possuem acesso à grande rede.

Para Moran:

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. Na expressão "ensino a distância" a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra "educação" que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada.

A EaD se encontra num momento de auto afirmação como instrumento de formação e o processo de construção do conhecimento por meio da EaD tem uma rotina que necessita de autodidatismo do cursista que nem sempre é seguido, daí os grandes índices de desistência por parte dos cursistas. Apesar disso, já é notório que começamos a passar dos modelos predominantemente individuais para os grupais na educação a distância. Das mídias, tais como o jornal, a televisão e o rádio, caminhamos para mídias mais interativas e mesmo os meios de comunicação tradicionais buscam novas formas de interação. Da comunicação off-

line estamos evoluindo para um conjunto de formas de comunicação off e on-line em tempo real, e isto necessita de regulamentação que venha a validar os cursos de EaD.

A Legislação no Brasil contempla a Educação a Distância que está normalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e Decretos subseqüentes, dentre eles o de n° 2494/98 que define em seu art. 2º: "os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão de ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidas por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim [...]"

A proposta pedagógica aplicada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) no Brasil para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância é fundamentada no estímulo ao aprendizado interativo, cooperativo e na auto-aprendizagem, utilizando para isso uma combinação de mídias, priorizando a Internet e promovendo a autonomia acadêmica de forma responsável, criativa e com avaliações presenciais.

Para isso o MEC faz uso da internet como ferramenta de formação continuada dos professores no Brasil, tem sido um avanço, considerada as dimensões geográficas do país e ao mesmo tempo valorizando as universidades públicas ao realizar as parcerias para viabilizar a aplicação dos cursos em diversas áreas do conhecimento.

Considerando a importância do papel do professor em todo o processo, bem como a qualidade do material didático que sempre é produzido no meio acadêmico o MEC destaca que isto só foi possível após romper com a quebra de paradigma, de que os cursos a distância, são cursos de segunda categoria, teoria esta que tem sido derrubada cotidianamente, dada as exigências feitas aos professores-alunos nos ambientes de aprendizagem.

Sendo que se trata de cursos a distância mediados pelo uso do computador e da Internet, faz-se necessário explorar e colocar ao serviço do ensino-aprendizagem as possibilidades que oferecem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), complementando o material inicial com materiais que atualizem o conteúdo, com discussões pertinentes nos fóruns, com vídeos e outros materiais audiovisuais, sempre com o auxílio do professor tutor.

O professor tutor é acompanhado por um coordenador escolhidas no curso que será ofertado das instituições públicas parceiras, que elaboram o material e coordenam os grupos de estudos composto pelos professores tutores, que validam o documento e adéquam sua apresentação e linguagem à realidade local. Neste processo colaboram também as equipes de Design e de Tecnologia, dando suporte à elaboração, incluindo no desenho instrucional, os elementos gráficos de diagramação, animação e ilustração.

O material didático é disponibilizado à Comunidade Virtual de Aprendizagem em versão impressa (material do cursista) e on-line, incluindo os materiais multimídias, com o objetivo de apresentar o conteúdo de maneira mais explicativa e atrativa. Este tipo de material permite que o aluno possa estudar em sua cidade, vindo apenas a postar as tarefas no ambiente *moodle* e comparecer nos pólos para apresentar seu trabalho de conclusão de curso ou plano de intervenção solicitado pelos tutores.

A Plataforma Freire é um ambiente criado na página da web do MEC onde é possível que os professores possam escolher suas licenciaturas que desejam cursar, e muitas outras funções como; fazer inscrição, fazer cadastro e atualizarem seus currículos. A Plataforma Freire foi construída exatamente para ser um braço direito como uma ferramenta de fácil acesso dos professores. O ambiente da Plataforma Freire é muito instrutivo e contém várias informações para o professor, onde poderão ter a comodidade de encontrar uma série de dados, entre eles, podemos dizer sobre o cronograma e tabelas com a previsão de oferta de vários cursos, também instituições, ou todas as modalidades para formação referente ao período de 2009 a 2011.

Esta ação foi iniciada com a formulação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR - Ação conjunta do Ministério da Educação - MEC, Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES e Secretarias de Educação dos Estados e Secretarias de Educação dos Municípios - SEMEDs. Nos quais as adesões destas tornaram possível a efetivação inédita no Brasil da formação continuada de cinco mil e quinhentos (5.500) municípios brasileiros.

A Plataforma Freire realiza o cadastro de professor mediante as pré-inscrições nos cursos do PARFOR (Formação Inicial e Formação Continuada), destinados aos professores sem formação adequada à LDB e em exercício nas escolas públicas de educação básica, estaduais e municipais. São oferecidos cursos gratuitos e de qualidade, na modalidade presencial e a distância, em municípios dos Estados da Federação, por meio de Instituições Públicas de Educação Superior e Universidades Comunitárias. Após o cadastro o professor recebe um email que efetiva a sua inscrição no pólo e curso escolhido, este procedimento segue um cronograma disponibilizado pelo MEC e a secretaria de educação dos municípios valida a inscrição do professor.

A secretaria competente avaliará se a solicitação atende ou não ao planejamento da rede, validando ou não a pré-inscrição. Após validação, as pré-inscrições são retiradas da plataforma e encaminhadas pela CAPES à Instituição de Ensino Superior, responsável pelas informações aos candidatos e realização do curso, que publicará no site da instituição, Edital para seleção e matrícula. Os cursos são realizados em regime especial e só serão ofertados pelas IES, se completarem o número mínimo de matrícula, conforme orientação do MEC/CAPES. Turno e período das aulas são definidos pela instituição e poderão ser alterados, considerando as necessidades de viabilização dos cursos. Após estar cadastrado o professor terão uma diversidade de funções úteis para vários programas de educação e aperfeiçoamentos básicos, formado assim as turmas de formação continuada da plataforma Freire.

Desta forma, se deu a formação da turma do curso de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERE) de Rio Brilhante - MS, sob coordenação da Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atualmente consta com três (03) turmas com trinta e cinco (35) professores-alunos, num curso de capacitação continuada de cento e oitenta horas (180), com duração de seis (06) meses.

O perfil dos cursistas quanto à faixa etária possui uma variável de 22 anos a 58 anos, significando este aspecto em uma análise mais profunda que o tempo de trabalho dos cursistas na área da educação varia de quatro (04) anos a vinte e sete (27) anos; quanto à formação acadêmica dos cursistas as amostras colhidas pelos questionários no item: qual a sua última graduação? Temos profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, tais como: Normal

Superior, Pedagogia, Educação Física, Letras, Matemática, História, Odontologia e Fisioterapia. O que demonstra que há preocupação com a temática da ERE se faz presente nas diversas áreas do conhecimento, tendo em vista a discussão sobre a temática que o curso oferece.

O curso ERE tem material próprio elaborado por professores contratados mediante recurso repassado para a UFMS, onde os professores colaboradores recebem uma bolsa de ajuda de custo para o professor produzir o material estudado pelo cursistas. O material impresso dividido em cinco (05) Módulos a serem estudados pelos cursistas, segue acompanhado de leituras complementares que sugerem a pesquisa sobre a temática. Dado um período para estudo do módulo o cursista deve postar no ambiente *moodle* as tarefas cobradas daquele módulo.

No transcorrer dos encontros presenciais (realizados em quatro datas) do curso a distância, foi perguntado aos cursistas no que o curso tem ajudado na sua prática pedagógica, o cursista F.1 respondeu: “sem esta oportunidade de acesso ao curso, certamente que estaria em casa sem nenhuma condição de pagar por um curso particular.” Nessa resposta analisamos o que a iniciativa realizada pelo MEC significa neste momento para muitos municípios brasileiros e para este cursista em particular a única forma de estudar e qualificar.

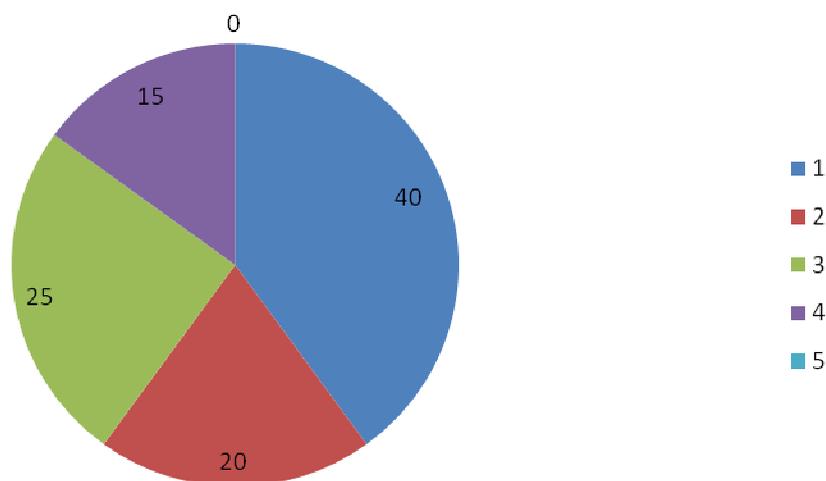
Vejamos a resposta do cursista F. 11: “as dificuldades dada a distância do pólo não é nada perto do fato de ser um curso promovido pela UFMS”, então aqui nesta resposta, percebemos o valor dado pelo cursista do curso à universidade.

O questionário apresentado aos cursistas do curso ERE foi construído para ser respondido numa escala de um (01) a cinco (05), onde os cursistas avaliam seus conhecimentos.

Os resultados obtidos estão representados nas tabelas 1, 2 e 3.

TABELA 1

Auto avaliação dos alunos a respeito de seu conhecimento sobre a Lei nº 10.639/2003

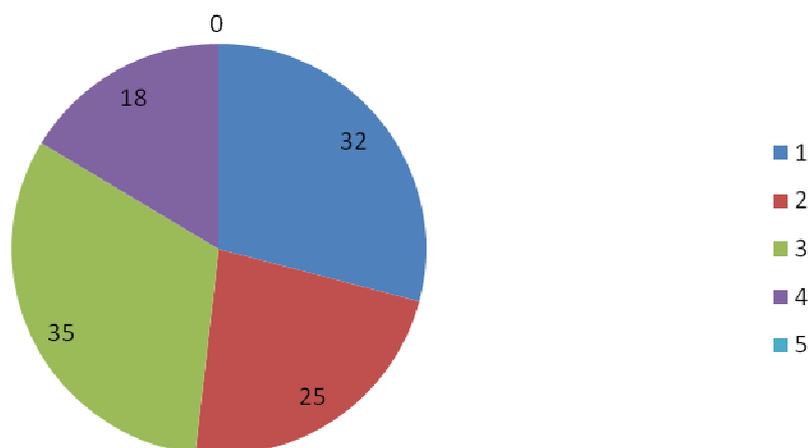


A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação do Ensino Fundamental e Médio é uma das muitas conquistas da luta de vários movimentos, pela brutal e violenta que os negros foram tratados na época da escravidão, que hoje ainda marcam profundamente o discurso de crianças, jovens e adultos que tem introjetados em sua forma de serem, ações preconceituosas, a conquista em se ter incluído ainda que de forma obrigatória o ensino da História e Cultura afro-brasileiro e Africano nos currículos, contribuirá de forma significativa para que essas gerações revejam a forma de ver os negros e aumentando também a auto-estima dos negros com relação a sua origem.

Os dados acima demonstram de forma óbvia que mesmo sendo obrigatória, a popularidade da Lei 10.939/2003 ainda necessita de investimento para tornar claro para os professores que a lei existe e precisa ser estudada e aplicada.

TABELA 2

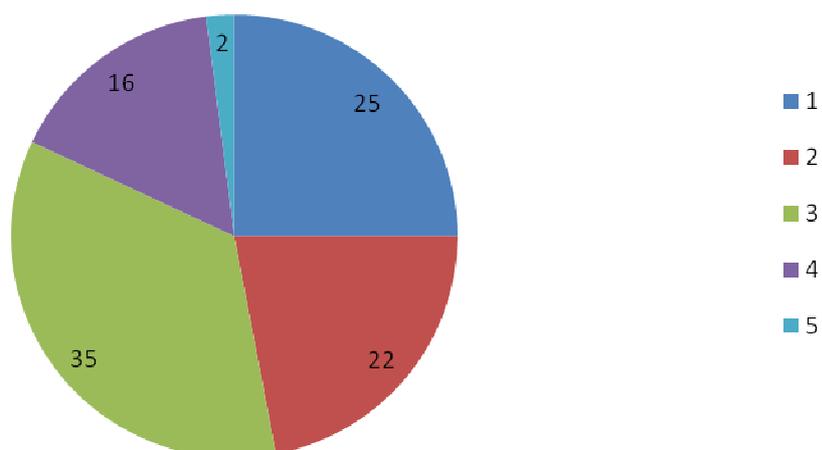
Auto avaliação dos alunos a respeito de seu conhecimento sobre a Educação para as relações Étnico-raciais.



A auto-avaliação que foi realizada pelos cursistas demonstrou que o conhecimento sobre a temática da Educação para as relações étnico-raciais foram enumerados num nível médio, todavia os questionários que demonstraram este nível de conhecimento foram pontuados pelos professores da área de conhecimento de história, e nas demais áreas de conhecimento os professores não consideraram seus conhecimentos auto-suficientes para afirmar de forma positiva que dominam a educação para as relações étnico-raciais.

TABELA 3

Auto avaliação de sua prática pedagógica em sala de aula sobre a temática da Diversidade Racial



A auto-avaliação que foi realizada pelos cursistas demonstrou que a sua prática pedagógica sobre a temática da Educação para as relações étnico-raciais foram enumerados num nível médio, o que representa que se trabalha em sala de aula a temática.

Enfim, considerando que os estudos no curso de ERE estão em fase de conclusão as análises acima, visaram dar uma contribuição na formação de um panorama de como vem sendo realizada a formação continuada dos professores no Mato Grosso do Sul, que de forma positiva retrata uma política de governo em incentivar os estudos e pesquisas dos professores no Brasil.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa não teve como intenção dar como concluído o debate a respeito da Educação para as Relações Étnico-Raciais, no pólo de Rio Brillhante – MS, seus entraves e dificuldades. Ao contrário, vimos aqui mostrar por meio da pesquisa que se faz imprescindível haver ações como estas, que incentivem o estudo e a pesquisa sobre a temática, para que o mesmo venha a ser fortalecido no currículo das escolas públicas e se fazer presente nas propostas pedagógicas e nos planejamentos dos professores e coordenadores pedagógicos.

O levantamento dos dados (questionários) já nos possibilitou visualizar e refletir em como vem sendo estudado a temática das relações étnico-raciais, nesse percurso um ponto foi pontuado em todos os discursos dos cursistas, a discriminação existente no seio da escola ainda é o maior desafio a serem derrubados por professores, alunos e a sociedade de forma geral. Percebemos que na caminhada ainda há muito que se fazer para promover a igualdade de direitos e tornar a escola um ambiente que respeite a diversidade. A escola sozinha não conseguirá reverter um fato que marcou a história como a escravidão de um povo por outro, tendo em vista a cor de sua pele como fator que foi crucial para definir sua condição de suposta inferioridade.

Talvez haja demora em se chegar a uma sociedade que não mais discrimine as pessoas pela cor de sua pele, mas ações como esta empenhada pelo MEC já são um indício de que se pensa de forma diferenciada sobre a diversidade racial.

Aos poucos a sociedade brasileira está sendo desafiada a mudar suas formas de ser e de interagir com a superação do racismo e dos preconceitos, a comunicação de massa tem dado uma ajuda de forma positiva nesse sentido, pois permite a conscientização e nos permite conhecer a cultura dos povos africanos com uma visão diferenciada, daquela que fomos ensinados a ver, tal como que a África tem animais selvagens e apenas um povo sofrido. Ao contrário, podemos aprender muito com a diversidade cultural de outros povos.

Esperamos que a pesquisa tenha contribuído para a reflexão sobre a temática e que possamos ter socializado de que forma tem sido pensada a formação continuada para os professores da rede pública de educação no Brasil. Afinal, desconstruir etnocêntrica é papel da escola, que tenhamos derrubado entraves e criado possibilidades na forma de ver a educação para as relações étnico raciais a partir desta leitura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm; acesso em 28/10/2010.

CAMPELLO, Carlos. **Educação a Distância: perspectivas e desafios para a Universidade Pública**. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/EDDIST.html>; acesso em 28 de outubro de 2010.

MORAN, José Manuel. **O que é a educação a distância**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>; acesso em 03 de novembro de 2010.